

À Congregação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH/USP

Servidora (e)s técnico-administrativa(o)s, docentes e estudantes, reunida(o)s em 31 de agosto de 2023, deliberaram solicitar da Congregação da EACH/USP que se manifeste com relação aos temas a seguir, de forma a defender nossa comunidade e seus direitos, perseguindo melhores condições de trabalho, vivência e estudo. Antes, porém, relembremos os quatro pilares fundadores da EACH-USP, uma vez que estes devem servir de balizadores para nossas ações cotidianas: interdisciplinaridade, ausência de departamentos, protagonismo da(o)s estudantes e integração com a comunidade do entorno. Um tema relaciona-se ao Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE), que tem como objetivo oferecer suporte financeiro e social a estudantes em situação de vulnerabilidade. No entanto, é preocupante observar que muitos desses estudantes não foram beneficiados pelo programa, apesar de preencherem os critérios de elegibilidade. Além disso, há relatos de estudantes que, inicialmente, faziam parte do PAPFE, mas foram excluídos do programa, deixando-os em uma situação ainda mais delicada. É importante ressaltar que a chegada de novos estudantes à Universidade de São Paulo (USP) em 2023 está ocorrendo em meio a um contexto de empobrecimento generalizado e condições materiais de vida precárias para a população em geral. Muitos desses novos estudantes ingressaram por meio de cotas, o que evidencia a necessidade de um PAPFE eficaz que possa atender às demandas de permanência, garantindo, assim, uma inclusão real. Um aspecto relevante a ser destacado é que as sugestões apresentadas pelos estudantes em relação ao PAPFE não foram levadas em consideração pela Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento. Isso aponta para a necessidade urgente de dar voz aos estudantes e de promover a construção democrática das políticas de permanência estudantil.

Outra questão é a situação afrontosa das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados. Soubemos que só há 18 funcionárias responsáveis pela limpeza da EACH nos três turnos de funcionamento. Esse número é aviltante e não podemos, enquanto comunidade acadêmica preocupada com questões sociais, aceitar tamanha exploração. De forma mais urgente, é necessário que os contratos com as empresas sejam revistos, de forma a garantir adequado número de trabalhadora(e)s para executar serviços absolutamente essenciais. Parece-nos que o número de funcionária(o)s é ainda o do período da pandemia, quando a imensa maioria das atividades aconteciam remotamente. Além disso, é preciso garantir adequadas condições de trabalho para as pessoas, assim como adequados e suficientes recursos para execução do trabalho, além de espaços que garantam descanso nos períodos de intervalo que devem ser imediatamente providos.

Uma meta a ser seguida a médio prazo é eliminarmos contratos terceirizados que oneram o orçamento pelo alto custo, oferecem serviços de má qualidade, além de explorar trabalhadora(e)s de forma inaceitável, como já dissemos. Importante ainda considerar que estudantes bolsistas têm, muitas vezes, desenvolvido trabalho que deveria ser atribuído a funcionária (o)s concursada(o)s e efetiva(o)s.

O déficit de servidora(e)s técnico-administrativa(o)s e docentes da EACH está presente desde sua fundação em 2005, e é igualmente um tema que nos preocupa desde então. É urgente que a Congregação inste a Reitoria a solucionar o problema, sem se render ao discurso de austeridade financeira que tem sido usado como pretexto a despeito do subfinanciamento e de manobras contábeis com a folha de pagamento. A relação estudante de graduação por docente na EACH é de 18,77, enquanto a média da USP é 11,09. Já a relação do número de servidora(e)s

técnico-administrativa(o)s da EACH é metade da média da USP: 0,71 contra 1,59, respectivamente. O quadro de servidora(e)s da EACH está entre os mais baixos, assim como o orçamento. É necessário que haja equidade orçamentária, ainda que entendamos as particularidades de cada uma das unidades da USP. Sugerimos que a Congregação defenda junto à Reitoria, um percentual do orçamento voltado especificamente para correção de iniquidades de contratação na universidade, sendo a EACH uma das principais unidades que precisariam estar neste plano de remediação. E outra questão urgente é a retirada da necessidade de compensações de pontes e recesso de final de ano pelos funcionários, tal como sinalizado pela Reitoria da Unicamp.

Outro aspecto que nos parece fundamental e diz respeito à convivência universitária é a garantia do direito de manifestação. A universidade deve ser espaço de debate do contraditório, de acordo com princípios democráticos e dos direitos humanos. Obviamente não devemos aceitar discursos de ódio, atitudes preconceituosas e de incitação à violência, mas não devemos, por outro lado, coibir a manifestação de estudantes e servidora(e)s, especialmente daquela(e)s organizada(o)s nas entidades representativas e movimentos sociais. Não se deve criminalizar o movimento social organizado ou impedi-lo de se manifestar.

Há 10 anos, a EACH/USP viveu sua pior crise: a denúncia de crime ambiental que piorou a situação socioambiental, já comprometida desde sua fundação. Toda a comunidade da EACH/USP se mobilizou para encontrar respostas e soluções para a questão. É necessário que esta Congregação continue a acompanhar a situação e informar a comunidade dos desdobramentos e providências acerca desse tema.

É imprescindível também que o órgão máximo de deliberação da unidade se aproprie e se manifeste sobre outros temas relevantes para o conjunto da sociedade e diretamente relacionados com a formação de nossa(o)s estudantes, a exemplo do que fazem outras unidades. Temas como a escalada de violência nas escolas e nas universidades públicas, o chamado “Novo Ensino Médio”, o financiamento das universidades, a luta antimanicomial e luta contra a medicalização e normatização da educação e da vida, entre outros, deveriam ser objeto de análise da egrégia Congregação da EACH/USP.

Dessa forma, instamos a(o)s membra(o)s da Congregação a levar para o Conselho Universitário uma revisão da formação dos colegiados da USP, de forma a efetivar maior democratização, garantindo a participação de docentes, funcionária (o)s técnico-administrativa(o)s e estudantes em proporção que respeite como patamar mínimo o previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996, LDB).

Por fim, aproveitamos o ensejo para indagar se há atualizações a respeito do processo de implantação dos Centros de Apoio Acadêmico e Administrativo, que visam aperfeiçoar a estrutura não departamentalizada da EACH, fortalecendo, assim, um daqueles nossos pilares, a que nos referimos no início desta carta.

Esperamos que nossa manifestação seja considerada e aguardamos retorno quanto aos pontos levantados.

Que a USP seja efetivamente inclusiva e democrática!

Servidora(e)s técnico-administrativa(o)s, docentes e estudantes da EACH/USP